

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLADORIA

RODRIGO VIEIRA SANTOS

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO EM UMA
EMPRESA PARAESTATAL DO ESTADO DO PARANÁ**

CURITIBA

2015

RODRIGO VIEIRA SANTOS

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO EM UMA
EMPRESA PARAESTATAL DO ESTADO DO PARANÁ**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná - UFPR, como requisito para obtenção de título de Especialista no Curso de Pós Graduação em Controladoria.

Orientador: Profa. Dra. Mayla Cristina Costa

CURITIBA

2015

AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus, o qual sempre me guia e abençoa-me dia após dia.

A minha mãe por ter me dado vida. Aos meus amados Avós (*in memoriam*) que me criaram com muito amor e carinho me educando para tornar-me à pessoa que sou.

A minha amada esposa Karla C. Arsie Vieira por seu imenso carinho e amor e por me apoiar em todos os momentos.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus amados
Avós (in memoriam) e a minha amada,
esposa, Karla.*

*“Homens fracos acreditam na sorte.
Homens fortes acreditam em causa e
efeito.”*

(Ralph Waldo Emerson)

RESUMO

O objetivo deste estudo é demonstrar a situação econômico-financeira de uma Empresa paraestatal por meio de análises das Demonstrações Contábeis dos anos de 2012, 2013 a 2014. Para alcançar o objetivo realiza-se uma abordagem qualitativa e quantitativa por meio de um estudo de caso na entidade “SENAL – Serviço para Educação” (nome fictício para não comprometer a imagem da organização).

Os indicadores aplicados sobre as Demonstrações Contábeis da Empresa demonstram que o “Serviço para Educação” possuía uma situação financeira instável, entretanto obtendo crescimento substancial durante os anos decorrentes e alcançando uma situação financeira estável e favorável no ano de 2014.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis, Análise Econômico-Financeira, Indicadores: Financeiros e Estrutural.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. “Programa Gratuito SENAL de Educação” 12

Tabela 2. Variação do IGP-M: 30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico da Análise Vertical das Demonstrações Contábeis 38

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Sobre a Empresa.....	11
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.3 Objetivos	12
1.3.1 Objetivo geral	12
1.3.2 Objetivos específicos	13
1.4 Justificativa	13
1.5 Estrutura do trabalho	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Demonstrações Contábeis de uma Instituição Paraestatal	16
2.2 ANÁLISES	19
2.2.1 As técnicas de análises	19
3. METODOLOGIA	28
4.APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	30
4.1 Atualização monetária e Análises Vertical e Horizontal	30
Atualização monetária	30
Demonstrações Contábeis unificadas: 2012, 2013 e 2014 atualizadas pelo IGP-M	32
4.2 Análise Vertical e Análise Horizontal	34
4.2.1 Análise vertical	35
4.2.2Análise Horizontal	35
4.3 ANÁLISE FINANCEIRA.....	35
4.3.1 Índice de Liquidez Imediata.....	35
4.3.2 Índice de Liquidez Corrente	35
4.3.3 Índice de Liquidez Geral.....	36
4.4 ANÁLISE ESTRUTURAL	36
Participação de Capitais de terceiros	36

4.4.1	Composição das Exigibilidades.....	37
4.4.2	Imobilização de Recursos Próprios.....	37
4.5	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ENTIDADE	37
4.5.1	Análise Vertical e Horizontal dos Balanços Patrimoniais	38
4.5.1.1	Gráfico da Análise Vertical das Demonstrações Contábeis.....	39
4.5.1.2	Análise Horizontal das Demonstrações Contábeis	40
4.5.2	Análise Financeira e Estrutural	41
4.5.2.1	Análise Financeira	41
4.5.2.2	Análise Estrutural.....	42
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERENCIAS.....	46
	ANEXOS	48
1.	Balanço Patrimonial – ano de 2004.....	48
2.	Balanço Patrimonial – ano de 2012.....	49
3.	Balanço Patrimonial – ano de 2013.....	50
4.	Balanço Patrimonial – ano de 2014.....	51

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem o intuito de apresentar, através de análises sobre as Demonstrações contábeis, o resultado econômico-financeiro de uma Empresa Paraestatal no Estado do Paraná a qual tem relevância na área de educação no Brasil. Cabe ressaltar que, para este estudo, foi utilizado um nome fictício para a Empresa devido à falta de autorização para a publicação do verdadeiro nome bem como os valores reais das Demonstrações Contábeis. As análises foram realizadas com base nos valores reais, mas para fins de apresentação as informações numéricas serão demonstradas através de um número divisor aplicado sobre os saldos.

O “Serviço para Educação – SENAL”, criado em julho de 1947 no Estado do Paraná, é uma empresa de direito privado, sem fins lucrativos, que presta serviços educacionais direcionados para as empresas dos ramos de Bens, Serviços e Turismo assim como para a população. A empresa possui mais de 35 unidades de educação profissional no Estado e seu objetivo é preparar o indivíduo para o mercado de trabalho.

Devido à transição de Gestão de Presidência e Diretorias em maio de 2004 (atual gerência), optou-se em ter como base esse ano para as Demonstrações Contábeis dos anos de 2012, 2013 e 2014, dando ênfase nas informações contábeis do mês base de maio de 2004.

O trabalho apresenta as análises Vertical e Horizontal dos Balanços Patrimoniais, análise dos Índices Financeiros e Estruturais através de seus gráficos.

1.1. Sobre a Empresa

O “Serviço para Educação – SENAL”, nome fictício utilizado devido à falta de autorização para a publicação do verdadeiro nome bem como dos valores reais das Demonstrações Contábeis, foi criado em julho de 1.947 no Estado do Paraná, através de Decreto Lei. O “SENAL” é uma empresa de carácter privado e sem fins lucrativos, que presta serviços educacionais para a população. No Paraná, a empresa possui atualmente mais de 35 unidades de educação profissional espalhadas por todo Estado, com previsão de inauguração de mais três unidades para o ano de 2014. O objetivo da entidade é a educação comercial, ou seja, capacitar o indivíduo para atuar no mercado de trabalho.

A renda da Entidade advém da arrecadação de contribuições, os valores recolhidos são compulsórios segundo a Legislação do “SENAL” artigo 6º, pg. 10, exigidas de estabelecimentos comerciais, cujas atividades de acordo com o quadro a que se refere ao artigo 577 da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, estiverem enquadrados nas Federações e Sindicatos coordenados pela Confederação Nacional do Comércio. A contribuição dos estabelecimentos participantes é equivalente a 1% sobre o montante da remuneração paga à totalidade dos seus empregados, cujo montante da remuneração será o mesmo que servir de base à incidência da contribuição de Previdência Social. O recolhimento é feito por órgãos arrecadadores, concomitantemente com as contribuições para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o qual repassa o montante mensalmente para a Instituição.

No ano de 2009, parte do recurso recebido pela Entidade passou a ser aplicado no ensino gratuito para a população de baixa renda. Para tanto, foi criado o “**Programa Gratuito SENAL de Educação**” (nome fictício), fruto de um acordo firmado com o Governo Federal. A aplicação de parte do recurso obedece a percentuais anuais fixos ascendentes sobre o montante recebido mensalmente, conforme dados reais disponibilizados pela Empresa:

Tabela 1. “Programa Gratuito SENAL de Educação”:

Ano Base	Percentual	Ano Base	Percentual
2009	20,00%	2012	45,00%
2010	25,00%	2013	55,00%
2011	35,00%	2014	66,67%

Fonte: Dados da Pesquisa

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

No ano de 2004, mês de junho, a Empresa passou por uma grande mudança, toda a Diretoria e a Presidência foram substituídas, concretizando a norma da Legislação da Entidade.

A nova administração recebeu a Instituição, com base nos estudos realizados sobre as demonstrações contábeis, com a “saúde financeira” comprometida, fazendo com que fossem buscar recursos financeiros junto a um Terceiro, para o qual cabe ressaltar que não é uma Instituição Financeira.

O problema de pesquisa deste estudo é: **qual o resultado da Entidade após a direção da nova Administração, do ano de 2004 até o ano de 2014?**

O estudo terá como parâmetro a análise e a comparação do comportamento econômico-financeiro da Instituição dos anos de 2012, 2013 e 2014.

As análises terão como base as Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho Fiscal do “SENAL” (Órgão interno fiscalizador) e apresentadas na Prestação de Contas dos anos relacionados.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é demonstrar o resultado da Empresa, com base nas Demonstrações Contábeis, após a gestão da nova Administração (2004) até o ano de 2014.

1.3.2 Objetivos específicos

O objetivo específico é:

- (a) Efetuar a análise de Balanço, ou seja, analisar os saldos apresentados nos Balanços Patrimoniais findos 31 de dezembro. Os anos analisados serão: 2012, 2013 e 2014, constantes nas Prestações de Contas dos anos mencionados, apresentando os cálculos dos índices econômico-financeiros, estrutural, e o resultado obtido após a nova Administração.
- (b) Abordar na Análise dos Dados os aspectos metodológicos da pesquisa, enquadramento, descrição e amostra.

1.4 Justificativa

Com base nos históricos das Demonstrações Financeiras da Empresa, no ano de 2004, especificamente em maio, um mês antes da transição de Diretoria, observou-se que a entidade estava sem capacidade de sustentabilidade. As reservas de disponibilidades, no mês de maio/04, eram para sete dias, resultado o qual se obtém através do cálculo do montante da Disponibilidade dividido pela Média das Despesas dos últimos 12 meses e multiplicado por 30 (número usual para cálculos de dias no mês). Em outras palavras, se o “SENAL” parasse com suas atividades de retorno financeiro, na época, teria saldo em caixa para manter suas atividades por apenas sete dias.

A Nova Diretoria precisou buscar recursos financeiros junto a um Terceiro para que conseguissem dar continuidade nas atividades e saldar suas dívidas momentâneas. No final de 2004, a empresa obteve um resultado de disponibilidade para 17 dias. Porém, cabe salientar, como já comentado, que a

Entidade teve que recorrer, no mês de junho de 2004, a recursos financeiros de terceiro, absorvendo uma grande obrigação a Saldar.

No ano de 2012 a Entidade passou a adotar as novas normas advindas da Lei 11.638/07 - Lei das S/As, passando a considerar Depreciação, Provisões, Estrutura de Balanço Patrimonial, reavaliação dentre outros. Através dessas e outras informações, observando os resultados alcançados, através das Demonstrações, durante o decorrer do ano de 2004 ao ano de 2014, notou-se uma grande mudança, tanto quantitativa quanto qualitativa, despertando o interesse sobre o estudo do desenvolvimento econômico-financeiro desta Entidade.

1.5 Estrutura do trabalho

Inicialmente, serão apresentados os Balanços Patrimoniais dos anos de 2012, 2013 e 2014, obedecendo à nova estrutura do Balanço Patrimonial com base na Lei nº 11.638/07, MP nº 449/08 e Resolução CFC nº 1.121/08. (Conselho Federal de Contabilidade, n.º 1.159/09). As Demonstrações Contábeis foram extraídas da Prestação de Contas dos anos citados, os quais são auditados por Órgãos fiscalizadores da Instituição. Entretanto, é importante frisar que os valores apresentados foram obtidos através da divisão dos saldos reais por um número “x” com a finalidade de não apresentar os montantes reais. Em seguida, serão aplicados e apresentados os índices econômico-financeiros, objetivando um melhor estudo comparativo entre os anos mencionados.

Para Fleuriet *et al* (2003), certas contas do Ativo e Passivo renovam-se constantemente à medida que se desenvolvem as operações da empresa, este fato constitui a base para uma nova classificação.

“A Lei das Sociedades por ações obriga a comparação das Demonstrações Contábeis [...]”. (FIPECAFI, 2010). Para este fim, destacam-se as análises Vertical e Horizontal. Entretanto, para que seja demonstrado o resultado obtido com maior propriedade, serão utilizados, também, os índices

de Liquidez que a Entidade utiliza para medir seu resultado mensal e anual, os quais são:

- ➔ Liquidez Imediata;
- ➔ Liquidez Geral;
- ➔ Índice Econômico;
- ➔ Imobilização do Patrimônio Líquido.

O intuito da aplicação dos Índices se dá para a obtenção dos resultados alcançados pela entidade durante o período de 10 anos, valores os quais serão demonstrados, também, através de gráficos. Portanto, todas as análises das Demonstrações Contábeis terão como base os Balanços Patrimoniais aprovados pelo Conselho Fiscal da Entidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo tem como foco a análise do Balanço Patrimonial para a obtenção do resultado alcançado pela empresa durante 10 anos, com base nos registros contábeis da Instituição, pois o Balanço Patrimonial é um demonstrativo contábil obrigatório o qual apresenta de forma quantitativa e qualitativamente o resultado das atividades obtido pela Entidade em uma determinada data, ou seja, o Patrimônio da Empresa.

Para o autor Assaf Neto (2007, p. 21),

A análise de balanço é não somente desenvolvida por meio de aplicações de técnicas, mas também orientada, em grande parte, pela sensibilidade e experiência do analista. Com o intuito de colaborar na formação de uma rotina metodológica, é proposto a seguir um esquema básico de avaliação.

Serão abordadas, para o tópico da fundamentação teórica, as definições dos índices econômico-financeiros com base no conceito de alguns autores sobre as análises das Demonstrações Contábeis com o objetivo de obter informações para a melhor compreensão sobre os índices alcançados e quais as relevâncias para o estudo realizado.

2.1 Demonstrações Contábeis de uma Instituição Paraestatal

Uma Entidade paraestatal ou serviço social autônomo é uma pessoa jurídica de direito privado criada por lei atuando sem submissão à Administração Pública.

A análise de um Balanço Patrimonial torna-se mais consistente quando se é interpretada dentro das características das atividades e do mercado onde a empresa está inserida. “A Análise de Balanços visa extrair informações para a tomada de decisão. O perfeito conhecimento do significado de cada conta facilita a busca de informações precisas.” (Matarazzo 2003, p. 39).

Segundo Velter (2006), as Demonstrações contábeis são relatórios, organizados sinteticamente, onde se resumem as informações contábeis de forma metódica, atendendo cada um a uma finalidade específica, evidenciando

os fatos patrimoniais e a situação da empresa, elaborados ao final de um determinado período de tempo.

Para Assaf (2007, p.55)

As demonstrações contábeis levantadas por uma empresa podem ser extraídas informações a respeito de sua posição econômica e financeira. Por exemplo, um analista pode obter conclusões sobre a atratividade de investir em ações de determinada companhia; se um crédito solicitado merece ou não ser atendido; se a capacidade de pagamento (liquidez) encontra-se numa situação de equilíbrio ou insolvência; se a atividade operacional da empresa oferece uma rentabilidade que satisfaz as expectativas dos proprietários de capital.

Ainda, o autor cita que “é importante acrescentar que a análise de balanços é fundamentalmente comparativa.” (ASSAF, 2007, p. 63).

A Entidade apresenta suas Demonstrações com base na Lei 4.320/1.964 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Bem como observa e atende as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional STN 184/2008 que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a STN 700/2014 que aprova partes da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as quais são:

I - Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais;

II - Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos;

III – Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; e

III - Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Ainda, para as Demonstrações Contábeis busca o alinhamento junto as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16:

16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação;

16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis;

- 16.3 – Planejamento e seus Instrumentos sob o enfoque Contábil;
- 16.4 – transações no Setor Público;
- 16.5 – Registro Contábil;
- 16.6 – Demonstrações Contábeis;
- 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis;
- 16.8 – Controle Interno;
- 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão;
- 16.11 – Sistema De Informação de Custos do Setor Público (Regime de Competência).

A partir do ano de 2012 a Instituição passou a adotar uma nova estrutura de Balanço Patrimonial conforme Lei 11.638/07, conhecida como “Lei das S/A’s”, consoante ao modelo previsto no “CCO – CÓDIGO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO”, 2012, Normativo interno. A Lei 11.638/2007 alterou e revogou a Lei 6.404/1976 e estendeu às Sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e a divulgação das Demonstrações Financeiras.

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em Janeiro de 2000, foi elaborado um Anteprojeto de Lei de reforma da Lei 6.404/76 que dispunha sobre as Sociedades por Ações. A proposição teve, desde o início, por finalidade a modernização e harmonização da lei societária em vigor com os princípios fundamentais e melhores práticas Contábeis Internacionais, visando à inserção do Brasil no atual contexto de globalização econômica.

A Lei 11.638/2007 representou e representa um importante avanço na atualização da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76 e harmonização das Normas Contábeis brasileiras em direção as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

O IFRS é um conjunto de pronunciamentos Contábeis Internacionais, cuja publicação e revisão são realizadas pela IASB - *International Accounting Standards Board* (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade).

2.2 ANÁLISES

2.2.1 As técnicas de análises

(...) “Estudo minucioso que se fundamenta em normas, métodos e procedimentos indicados pela técnica e ciência da Contabilidade. Estudo de um ou vários fenômenos por suas partes, em um patrimônio.”. (LOPES de SÁ, 2005, p. 12).

Uma análise pode ser caracterizada, também, pela distinção e a separação das partes de um todo com vista a conhecer os respectivos princípios ou elementos, podendo ser um estudo dos limites das características e das possíveis soluções de um problema ao qual é aplicado um tratamento.

A análise Econômico-financeira observa o comportamento dos valores que dizem respeito aos valores obtidos na empresa. O método da análise financeira, segundo tópico abordado pelo *Wikipédia*, refere-se à avaliação ou estudo da viabilidade, estabilidade e lucratividade de um negócio ou projeto. Engloba um conjunto de instrumentos e métodos que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira de uma empresa, assim como prognósticos sobre o seu desempenho futuro.

A análise Econômico-financeira, na opinião do Prof. Moisés P. Silveira (não publicado):

Serve ainda para o planejamento do futuro da empresa, pois as informações históricas são bastante úteis para a geração de projetos e para a avaliação do realismo de hipóteses feitas nessas projeções. A análise é também útil aos indivíduos e organizações externos à empresa, incluindo credores a curto e longo prazo e investidores em potencial, pois podemos decidir se devemos dar crédito a um novo cliente ou não, e ainda saber sobre a saúde financeira de uma empresa.

“A análise econômica estuda o resultado obtido pela empresa em um determinado período. É uma análise dos lucros ou das perdas em função dos

demais elementos que contrapõem o capital das empresas. É também chamada, com maior propriedade, de análise reditual, que procura estudar a rentabilidade do capital e examinar, se, de fato, a empresa vem atingindo os seus propósitos dentro de suas possibilidades.”. (LOPES de SÁ, 2005, P. 14).

Na concepção de ASSAF, a aplicação dessas técnicas tem por objetivo básico a avaliação dos demonstrativos contábeis pela evolução de seus valores ao longo do tempo denominando-se ‘análise horizontal’, e pela participação relativa de cada valor em relação a um total o qual se chama ‘análise vertical’. Dado o cenário econômico atual, é primordial que a companhia tenha números consistentes e confiáveis. Tais aspectos são importantes para futuras concessões de crédito ou até mesmo para um novo investimento na empresa.

Indicadores de Liquidez

Um dos principais índices considerados para concessão e que demonstra a capacidade de pagamento de suas obrigações de curto prazo são os índices de liquidez. Para Ferreira (2005, p.29) a análise de liquidez de uma empresa “é medida pela sua capacidade de cumprir as obrigações de curto prazo, na data de vencimento”, o autor ainda traz a ideia de que a liquidez se refere a solvência da situação financeira global da empresa.

Já Damodaran (2004, p.103) traz que a análise surge fundamentalmente da necessidade de financiar operações correntes. Essa análise de Damodaran traz à tona a importância que a liquidez da empresa tem em uma possível análise de crédito.

Diversos autores, entre eles Ferreira (2005, p.30), Gitman (1997, p.109), Brealey, Myers e Allen (2013, p. 666) e Damodaran (2004, p.103), trazem quatro índices básicos quando assunto é liquidez.

O primeiro índice é o que demonstra o Capital de Giro Líquido. Este índice é utilizado para demonstrar a liquidez global da empresa, uma vez que é calculada pela diferença de ativo circulante e passivo circulante.

$$\text{Capital de Giro Líquido} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

O próximo item mede a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo, pois divide o total do ativo circulante pelo total do passivo circulante. Esse índice leva o nome de Liquidez Corrente e é apresentado em percentual. Seu resultado representa quantos reais a empresa tem em direitos para pagar suas obrigações. O resultado esperado deve ser sempre maior que 1, pois isso demonstra que a empresa mais direitos do que obrigações. Tal índice pode ser representado pela fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Outro item citado em diversos pensadores é o índice de liquidez seca. Este item é especialmente importante para empresas que tem em seus estoques produtos que exigem maior esforço para venda, como aviões e imóveis, por exemplo. Sua realização é, na maioria das vezes, mais demorada e difícil que a dos demais elementos que compõem o ativo circulante. Conforme citado acima, esse exclui o estoque do cálculo, trazendo somente itens do ativo que possuem uma alta liquidez. Esse índice é representado pela fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez Seca: disponibilidades} + \text{títulos negociáveis} + \text{recebíveis} / \text{passivo circulante}$$

Mais um índice é citado por Brealey, Myers e Allen (2013, p.666) é o de liquidez imediata e exclui, além dos estoques, as contas de clientes, pois tais contas representam as vendas a prazo e, apesar de representar uma entrada de recurso, pode demorar. Esse índice tem como fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez Imediata: Disponibilidades} + \text{Títulos Negociáveis} / \text{Passivo Circulante.}$$

Para Assaf Neto (2003, p.122) os indicadores de endividamento e estrutura tem como função principal definir a composição das fontes passivos de recursos de uma empresa e, com isso, como os recursos de terceiros são utilizados pela empresa e a participação desses em relação ao capital próprio dessa instituição.

Temos como índice mais genérico o de endividamento geral, citado por Gitman (1997, p.117). Ele tem como função primordial medir a proporção dos ativos totais da empresa financiada pelos credores e pode ser representado pela seguinte formula:

$$\text{Índice de endividamento geral} = \text{Exigível Total} / \text{Ativo Total}.$$

Outro índice desse grupo é o que mede a relação do exigível a longo prazo e o patrimônio líquido da empresa. Tal indicador pode ser representado por:

$$\text{Exigível a Longo Prazo} / \text{Patrimônio Líquido}$$

Índice de cobertura de juros tem como objetivo medir a capacidade da empresa para pagar as despesas financeiras geradas por suas obrigações com terceiros. Para Brealey, Myers e Allen (2013, p.665) tal índice “permite aferir até que ponto as obrigações são cobertas pelos lucros”. Damodaran (2004, p.104) diz que “quanto maior for o índice de cobertura de juros, mais seguro será que a empresa seja capaz de realizar pagamentos de juros a partir dos lucros.” Esse índice é definido pela formula a seguir:

$$\text{ICJ} = \text{Lucros antes dos juros e IR} / \text{Despesa anual em juros}.$$

Mais um índice importante para a análise do endividamento da empresa é o índice de cobertura de pagamentos fixos, que para Gitman (1997, p. 118) “mede a capacidade da empresa para satisfazer todas as obrigações

de pagamentos fixos, tais como juros dos empréstimos e principal, pagamentos de leasing e dividendos de ações preferenciais”.

Damodaran (2004, p. 104) traz a fórmula desse índice importantíssimo, que é representado por:

$$\begin{aligned} &\text{Índice de cobertura de encargos fixos:} \\ &\frac{\text{Receita Antes dos juros e IR} + \text{Encargos fixos sem juros}}{\text{Encargos fixos sem juros} + \text{Despesas com juros.}} \end{aligned}$$

Além dos índices supracitados, Assaf Neto (2003, p. 123) traz outros indicadores relevantes para a análise da estrutura. O primeiro a relação entre o capital de terceiros e o capital próprio existente na companhia. Essa relação indica quanto a empresa possui de recursos de terceiros para cada unidade monetária aplicada de capital próprio. Segundo Assaf, quando o resultado for superior a 1 a dependência financeira em relação aos recursos de terceiros é maior.

Outro índice mede a porcentagem dos recursos totais da empresa que estão financiados por capital de terceiros, isto é, quanto do passivo total da empresa é proveniente de terceiros. A divisão do exigível total da empresa por seu passivo total traz esse indicador.

Por fim, o ultimo índice apresentado por Assaf Neto (2003, p.124) é o de imobilização de recursos permanentes.

Este revela a porcentagem dos recursos passivos a longo prazo que se encontra imobilizada e itens ativos. Com um resultado superior a 1, há indicação de que os recursos permanentes da empresa não são suficientes para financiarem suas aplicações de permanentes, sendo utilizados nessa situação fundos provenientes do passivo circulante com reflexos negativos sobre o capital de giro.

$$\begin{aligned} \text{Imobilização de Recursos Permanentes} &= \text{Ativo Permanente} / \\ &\text{Exigível LP} + \text{PL.} \end{aligned}$$

Indicadores de Atividade e Ciclometria

Para Assaf Neto (2003, p.120) os indicadores de atividade visam a mensuração das diversas durações de um ciclo operacional o qual envolve todas as fases operacionais típicas de uma empresa, que vão desde a aquisição de insumos básicos ou mercadores até o recebimento das vendas realizadas.

Já Gitman (1997, p. 111) traz a que são índices que podem ser usados para medir a rapidez com que as contas circulantes são convertidas em caixa.

Damodaran (2004, p. 103) vem com o pensamento de que tais indicadores mensuram a eficiência do gerenciamento de capital de giro ao examinar a relação das contas a receber e estoques com as vendas e com o custo dos bens vendidos.

Comum as três definições apresentadas estão presentes a receita e o tempo.

Temos como primeiro indicador nessa categoria o giro de estoques. Este indicador mede a atividade, ou líquidos estoques da empresa. Pode ser mensurado, de acordo com Brealey, Myers e Allen (2013, p. 661) por:

$$\text{Giro dos Estoques} = \text{Custo do produto vendido} / \text{Estoque no início do ano.}$$

O prazo médio de cobrança demonstra quanto tempo a empresa leva para receber as vendas realizada a prazo. Assaf Neto (2003, p.122) traz que a empresa deve abreviar, sempre que possível, o prazo de recebimento de suas vendas. Com isso, poderá manter recursos disponíveis para outras aplicações mais rentáveis por prazos maiores, e elevar o giro de seus ativos

$$\text{Valores a receber provenientes de vendas a prazo} / \text{Vendas a prazo} \\ * 360$$

Já o prazo médio de pagamento a fornecedores demonstra a idade média que a empresa realiza o pagamento a seus fornecedores.

$$\text{Contas a pagar a Fornecedores} / \text{Compras anuais a prazo} \times 360$$

Mais um indicador importante é o giro do ativo permanente, cuja função é demonstrar a eficiência com que a empresa tem utilizado seus bens operacionais para gerar receitas de vendas. Tem como fórmula a seguinte expressão:

$$\text{Vendas} / \text{Ativo Permanente Líquido}$$

Brealey, Myers e Allen (2013, p.663) trazem que os índices de giro podem ajudar a destacar áreas particulares de ineficiência.

Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade

Por fim, trazemos os indicadores de rentabilidade e lucratividade. Tais indicadores são extremamente importantes para a tomada de decisão na empresa e um bom resultado neles é considerado um diferencial ao que tange o mercado de crédito e o mercado de ações.

Começamos pela margem bruta que mede a relação percentual de cada unidade monetária de vendas que restou, após a dedução dos impostos sobre as vendas e o custo do produto vendido. Isso demonstra, em termo percentuais, o quanto de lucro a empresa obteve em relação as suas vendas totais, excluindo os custos.

$$\text{Margem bruta} = \text{Lucro Bruto} / \text{Vendas}$$

Temos também a margem líquida, que demonstra a porcentagem de cada unidade monetária de venda que restou, depois da dedução de todas as despesas, inclusive o imposto de renda. Esse indicador é essencial para demonstrar a eficiência da empresa em relação a sua atividade. Também podemos tomar esse resultado como base para estipular metas e ajustar as despesas, visando melhores resultados futuros.

$$\text{Margem Líquida} = \text{Lucro Líquido} / \text{Vendas}.$$

Retorno sobre o Ativo (ROA) é um importante indicador que revela o retorno produzido pelo total das aplicações realizadas por uma empresa em

seus ativos. Damodaran (2004, p.98) traz o ROA como um meio de mensurar a eficiência operacional em gerar lucros a partir de seus ativos, anteriormente aos efeitos do financiamento.

Importante destacar que o ROA é calculado pela razão entre o lucro antes dos juros e impostos, também conhecido como LAJI e os ativos totais. A utilização desse lucro é necessária para trazer o resultado operacional da empresa, antes das deduções causadas pelos juros gerados por eventuais financiamentos ou empréstimos e dos impostos pertinentes a cada segmento.

Assaf Neto (2003, p. 125) traz o Retorno sobre o Investimento (ROI) como uma alternativa ao uso do ROA, enquanto autores como Gitman (1997, p. 123) trazem ROA e ROI como a mesma coisa.

A diferença principal existente entre os dois é que o ROA utiliza o ativo total para o cálculo e o ROI traz a fórmula somente o investimento da empresa, pois entende que esse investimento equivale aos recursos deliberadamente levantados pela empresa e aplicados em seus negócios e com isso, é o capital que deve ser remunerado.

Segundo Assaf Neto (2003, p. 125):

O investimento é composto pelos recursos (passivos) onerosos captados por uma empresa (empréstimos e financiamentos, basicamente) e os recursos próprios aplicados por seus proprietários (acionistas), cujos valores são registrados em contados do patrimônio líquido.

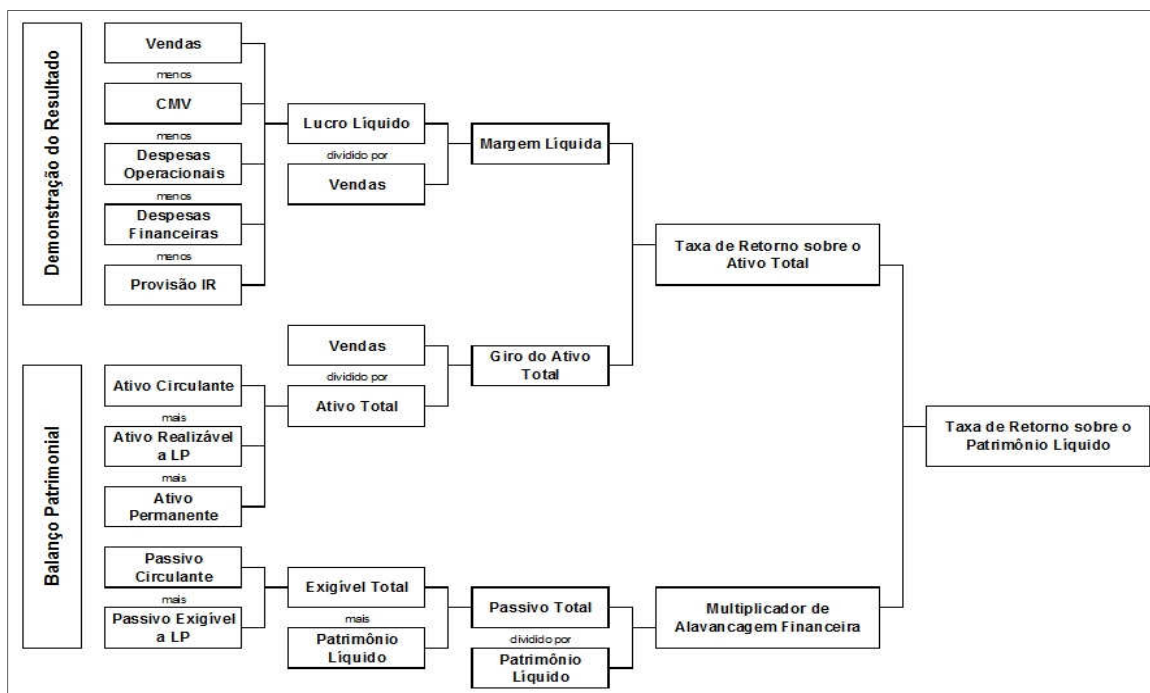
Nessa gama de indicadores de rentabilidade ainda temos o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Esse mede essencialmente o retorno do investimento efetuado pelos acionistas da empresa, ou seja, ele examina a rentabilidade a partir da perspectiva do investidor em ações relacionando lucros ao investidos em ações com o valor contábil do investimento. Representando pela fórmula abaixo, esse indicador é um dos mais utilizados por investidores na hora da decisão de compra de ações.

$$\text{ROE} = \text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido Médio}.$$

Ainda pensando no acionista, existem o índice de lucro por ação e o índice preço por lucro. Gitman (1997, p. 124) traz que o primeiro se refere ao lucro disponível aos acionistas ordinários, dividido pelo número de ações ordinárias emitidas e o segundo é utilizado para indicar a apreciação dos proprietários sobre o valor da ação, representado pelo preço de mercado da ação ordinária sobre o lucro por ação.

Após toda a apresentação dos indicadores de rentabilidade e lucratividade, existe um sistema ímpar que permite a empresa desdobrar seu retorno sobre o Patrimônio Líquido em três componentes: Lucro sobre vendas, eficiência no uso dos ativos e uso da alavancagem, segundo Gitman (1997, p.125.), esse é o sistema DuPont.

De acordo com Gitman, podemos dizer que o sistema fundo a DRE e o Balanço Patrimonial em duas medidas sínteses da lucratividade, são elas a taxa de retorno sobre o ativo total e a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido.



Gitman (1997, p. 668)

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento desse trabalho foi o método descritivo quanto aos objetivos, a pesquisa qualitativa quanto a forma de abordagem e a pesquisa bibliográfica e documental quanto aos procedimentos utilizados.

3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

Segundo Raupp e Beuren (2003) são três as tipologias de pesquisa quanto aos objetivos, aplicadas à contabilidade: exploratória, descritiva e explicativa.

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (GIL, 1999 apud RAUPP; BEUREN, 2003 p. 81).

Essa pesquisa foi realizada pelo método descritivo, utilizando dados já existentes, os quais foram analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador.

3.2 QUANTO A FORMA DE ABORDAGEM DO PROBLEMA

De acordo com Raupp e Beuren (2003) nas tipologias de pesquisa aplicadas à contabilidade quanto à abordagem do problema, destacam-se as pesquisas qualitativa e quantitativa.

Segundo Stablein (2001 apud Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva, 2006, p.89) “a distinção popular quantitativo/qualitativo está enraizada simplesmente na separação entre representações numéricas e representações não numéricas”.

Richardson (1999, p.80 apud Raupp e Beuren, 2003, p. 91) menciona que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Para a realização desse trabalho a tipologia utilizada quanto à abordagem do problema foi a qualitativa, através da qual se buscou compreender a percepção dos autores quanto ao tema pesquisado, não sendo utilizados dados estatísticos na análise do problema.

3.3 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Segundo Raupp e Beuren (2003) as tipologias de pesquisa aplicadas à contabilidade quanto os procedimentos são: estudo de caso, levantamento ou survey, pesquisa bibliográfica, pesquisa experimental, pesquisa documental e pesquisa participante.

Pesquisa Bibliográfica - um tipo de pesquisa realizada pela maioria dos pesquisadores mesmo em seu preâmbulo. Essa pesquisa explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc. Podem ocorrer pesquisas exclusivamente com base em fontes bibliográficas. (SILVA, 2003, p. 60).

Nesse trabalho, buscou-se a pesquisa bibliográfica, com leitura de livros, artigos, publicações periódicas e monografia.

4.APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Atualização monetária e Análises Vertical e Horizontal

Atualização monetária

Para que as análises a serem aplicadas apresentem maior clareza e segurança quanto ao resultado a ser obtido e a atual situação em que a entidade encontra-se, os valores demonstrados nos Balanços Patrimoniais serão atualizados pelo IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, cujo índice é calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e registra a inflação de preços desde a matéria-prima até bens e serviços finais.

Conforme cita RIBEIRO, “o regime de correção monetária consistia na atualização dos saldos das contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, tendo em vista os efeitos da inflação sobre o Patrimônio e sobre o resultado das empresas no próprio balanço do exercício”. (2005, p.438). Esse regime de correção monetária foi revogado pelo artigo 4º da Lei nº9.249/199.

Na correção monetária integral diferente do regime de correção monetária das demonstrações financeiras a atualização dos saldos é realizada sobre todas as contas utilizadas nos registros financeiros.

Tabela 2. Variação do IGP-M:

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
dez/14	0,62	3,6749	3,6749	1.343,29
nov/14	0,98	3,0361	3,6543	1.335,01
out/14	0,28	2,0361	2,946	1.322,06
set/14	0,2	1,7512	3,5414	1.318,37
ago/14	-0,27	1,5481	4,8848	1.315,73
jul/14	-0,61	1,823	5,3265	1.319,30
jun/14	-0,74	2,448	6,2484	1.327,39
mai/14	-0,13	3,2117	7,8434	1.337,29
abr/14	0,78	3,3461	7,9837	1.339,03
mar/14	1,67	2,5462	7,3087	1.328,67
fev/14	0,38	0,8618	5,7677	1.306,84
jan/14	0,48	0,48	5,6729	1.301,90
dez/13	0,6	5,5257	5,5257	1.295,68
nov/13	0,29	4,8963	5,6096	1.287,95
out/13	0,86	4,593	5,2726	1.284,22
set/13	1,5	3,7011	4,3959	1.273,27
ago/13	0,15	2,1686	3,8507	1.254,46
jul/13	0,26	2,0156	5,178	1.252,58
jun/13	0,75	1,751	6,311	1.249,33
mai/13	0	0,9936	6,216	1.240,03
abr/13	0,15	0,9936	7,2994	1.240,03
mar/13	0,21	0,8423	8,0494	1.238,17
fev/13	0,29	0,631	8,2866	1.235,58
jan/13	0,34	0,34	7,9087	1.232,00
dez/12	0,68	7,8119	7,8119	1.227,83
nov/12	-0,03	7,0838	6,9553	1.219,54
out/12	0,02	7,1158	7,5222	1.219,90
set/12	0,97	7,0945	8,0705	1.219,66
ago/12	1,43	6,0656	7,728	1.207,94
jul/12	1,34	4,5703	6,6766	1.190,91
jun/12	0,66	3,1876	5,1397	1.175,17
mai/12	1,02	2,511	4,2623	1.167,46
abr/12	0,85	1,4759	3,6534	1.155,67
mar/12	0,43	0,6207	3,2422	1.145,93
fev/12	-0,06	0,1899	3,4376	1.141,03
jan/12	0,25	0,25	4,5347	1.141,71

Fonte: Portal Brasil.

Utilizando os índices apresentados na “Tabela 2”, serão calculados os valores dos Balanços Patrimoniais dos anos de 2012, 2013 e 2014. O cálculo

dos índices para os anos mencionados se dará pela divisão do valor da coluna “Número índice acumulado a partir de Jan/93” de dezembro de 2014 pelos índices dos exercícios supracitados, meses de dezembro, conforme apresento:

Ano	Índice acumulado a partir de Jan/93	Índice para correção
dez/14	1.343,29	1,0000
dez/13	1.295,68	1,0367
dez/12	1.227,83	1,0940

Fonte: o Autor.

Demonstrações Contábeis unificadas: 2012, 2013 e 2014
atualizadas pelo IGP-M

ATIVO (Especificação)	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
	Valor atualizado	Valor atualizado	Valor atualizado
ATIVO CIRCULANTE	46.069.473,54	50.856.613,23	61.704.015,39
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36.447.466,44	34394072,26	40.660.328,80
CAIXA E EQUIV. DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	36.447.466,44	34.394.072,26	40.660.328,80
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	8.197.121,9490	14.566.347,67	18.635.978,98
CLIENTES	4.492.507,69	10.251.001,52	14.179.719,04
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	3.828.367,97	4.428.311,27	4.524.362,86
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	-	-
(-) AJUSTE PARA PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	123.753,71	112.965,12	68.102,93
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	341.009,74	718.835,92	935.983,69
ADIANTAMENTO CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	167.860,11	176.948,74	394.129,84
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	2.393,25	1.393,04	1.870,07
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	-	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	170.756,38	540.494,14	539.983,78
(-) AJUSTE DE PERDAS DEMAIS CRÉD E VALORES A C. PRAZO	-	-	-
ESTOQUES	1.064.149,39	1.161.229,52	1.364.796,33
MERCADORIA	-	-	-
ALMOXARIFADO	1.044.310,68	1.161.229,52	1.354.400,42
OUTROS ESTOQUES	19.838,71	-	10.395,91
(-) AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES	-	-	-
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	19.726,01	16.127,87	106.927,59
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	3.487,94	439,47	-
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR	-	-	-
BENEFÍCIOS A PESSOAL A APROPRIAR	9.997,07	10.273,99	101.586,22

DEMAIS VARIAÇÕES PATR. DIMINUTIVAS A APROPRIAR	6.241,00	5.414,40	5.341,36
ATIVO NÃO CIRCULANTE	52.762.124,53	58.257.406,26	61.170.268,09
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	683.637,62	792.671,97	376.744,29
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-	-	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	683.637,62	792.671,97	376.737,52
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	-	-	6,77
INVESTIMENTO	-	-	-
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	-	-	-
IMOBILIZADO	52.078.486,91	57.464.734,29	60.793.523,80
BENS MÓVEIS	9.360.101,65	10.990.934,63	12.837.336,77
BENS IMÓVEIS	47.414.393,66	52.223.604,26	55.575.702,28
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADOS	- 4.696.008,40	- 5.749.804,60	- 7.619.515,25
INTANGÍVEL (SOFTWARES)	-	-	-
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (SOFTWARES)	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	98.831.598,07	109.114.019,49	122.874.283,48

PASSIVO (Especificação)	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
	Valor atualizado	Valor atualizado	Valor atualizado
PASSIVO CIRCULANTE	7.682.958,58	10.584.466,49	14.483.479,69
OBRIGAÇÕES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR A C. PRAZO	2.305.317,12	2.705.087,88	3.308.123,63
PESSOAL A PAGAR	1.652.620,08	1.886.459,37	2.339.518,28
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	652.697,04	818.628,51	968.605,35
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	-	-	-
PARCELA A C. PRAZO DOS EMPR. E FINANCIAMENTOS	-	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	983.974,74	393.312,09	617.278,98
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	983.974,74	393.312,09	617.278,98
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	17.479,77	14.697,92	14.220,22
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	17.479,77	14.697,92	14.220,22
PROVISÃO A CURTO PRAZO	1.003.194,21	1.021.825,64	922.530,08
PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS	870.909,91	720.958,87	274.342,64
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS	116.742,60	256.252,18	490.656,96
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	15.541,70	44.614,60	157.530,48
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.372.992,74	6.449.542,97	9.621.326,79
VALORES RESTITUÍVEIS	22.542,49	1.806,03	136,08
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.350.450,25	6.447.736,94	9.621.190,71
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO	-	-	-
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	-	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS	-	-	-
PROVISÕES A LONGO PRAZO	-	-	-
PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS	-	-	-

PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS	-	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	-	-	-
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-	-	-
ADIANTAMENTO DE CLIENTES A LONGO PRAZO	-	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	7.682.958,58	10.584.466,49	14.483.479,69
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	91.148.639,49	98.529.553,00	108.390.803,78
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE ATIVOS	-	-	-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE PASSIVOS	-	-	-
RESULTADOS ACUMULADOS	91.148.639,49	98.529.553,00	108.390.803,78
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-	12.319.705,50	13.144.333,33
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	91.148.639,49	86.375.807,60	95.037.050,63
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	- 165.960,11	628.259,49
TOTAL DO PASSIVO	98.831.598,07	109.114.019,49	122.874.283,48

Fonte: adaptado pelo autor.

Considerada como uma das técnicas de análise mais empregadas pelos analistas procura relacionar elementos afins das demonstrações financeiras, de forma a melhor extrair conclusões da situação da empresa. Os principais aspectos revelados pelos índices são:

- ✓ Situação Financeira: Liquidez e Estrutural
- ✓ Situação Econômica: Rentabilidade

Os aspectos da situação financeira são evidenciados através dos índices de estrutura de capitais e de liquidez, enquanto que os aspectos da situação econômica são obtidos pelos índices de rentabilidade. (Prof. MOISÉS P. SILVEIRA, não publicado).

4.2 Análise Vertical e Análise Horizontal

Na opinião de Padoveze, a Análise Vertical em uma análise de estrutura ou de participação de percentual e a Análise Horizontal objetiva verificar as variações ocorridas entre um período analisado e outro. (2000, P. 115).

Análise vertical

Esta análise concentra-se na verificação da estrutura de composição dos itens das demonstrações e a sua evolução no tempo e estudo de tendências. Apresenta a representatividade de um item ou subgrupo de uma demonstração. É a razão dos grupos e subgrupos pelo total da demonstração apurada.

4.2.2 Análise Horizontal

A Análise Horizontal dedica-se a elucidar como está ocorrendo a evolução de cada item ou conjunto de itens constantes das demonstrações no decorrer dos tempos. É estabelecido o ano-base para a análise afim de verificar qual foi a evolução nos anos seguintes, comparando o crescimento ou decréscimo da entidade durante os períodos estudados.

ANÁLISE FINANCEIRA

Índice de Liquidez Imediata

Índice conservador o qual considera apenas o Caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações. Excluem-se além dos estoques as contas e valores a receber. Este é um índice de grande importância para análise da situação a curto-prazo da empresa. O resultado é obtido através de:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente

Calculada a partir da Razão entre os direitos a curto prazo da empresa (caixas, bancos, estoques, clientes) e a as dívidas a curto prazo (empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciadas respectivamente como: Ativo Circulante e Passivo Circulante e o índice é obtido por:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral

Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial. A partir de 31.12.2008, em função da nova estrutura dos balanços patrimoniais promovida pela MP 449/2008, a fórmula da liquidez geral será:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

ANÁLISE ESTRUTURAL

Participação de Capitais de terceiros

Indica a dependência da empresa em relação a recursos externos, para poder financiar suas atividades. Onde:

$$\text{Participação de Capital de Terceiros} = \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} * 100$$

Composição das Exigibilidades

Analisa o passivo da empresa em termos de prazos, comparando as obrigações de curto prazo com o passivo total. Onde:

$$\text{Composição das Exigibilidades} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} * 100$$

Imobilização de Recursos Próprios

Indica o quanto do Ativo Imobilizado da empresa é financiada por recursos próprios. É recomendando que a empresa imobilize a menor parcela possível, pois quanto menor este índice melhor será a situação financeira da entidade. Onde:

$$\text{Imobilização de Recursos de Próprios} = \frac{\text{Ativo Imobilizado}}{\text{Patrimônio Líquido}} * 100$$

4.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ENTIDADE

Para Iudícibus (1998) a análise de Balanços é “a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivemos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos [...]”.

O Balanço de uma empresa contém todas as contas que compõem o seu ativo e passivo. A apresentação tradicional mostra o Balanço como um quadro no qual as diversas contas encontram-se agrupadas de acordo com dois critérios de classificação. Em sentido amplo, as contas do ativo representam aplicações ou usos de fundos, enquanto as contas do passivo

representam as origens ou fontes de fundos utilizados pela empresa. (FLEURIET, 2003, P. 1).

Algumas contas do Ativo e Passivo renovam-se de acordo com o desenvolvimento das operações, segundo FLEURIET (2003, P. 3), Este fato constitui a base para uma nova classificação horizontal, que enfatiza os ciclos econômico-financeiros de uma empresa, fornecendo informações para análise dinâmica em oposição à análise estática normalmente realizada através das informações fornecidas pela classificação tradicional.

4.3.1 Análise Vertical e Horizontal dos Balanços Patrimoniais

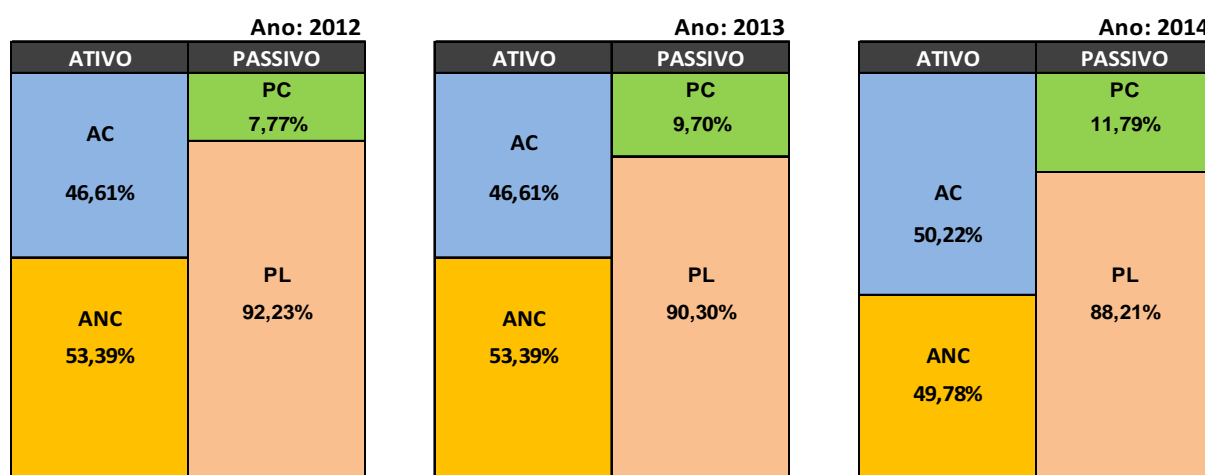
ATIVO (Especificação)	31/12/2012		31/12/2013			31/12/2014		
	Valor atualizado	AV%	Valor atualizado	AV%	AH%	Valor atualizado	AV%	AH%
ATIVO CIRCULANTE	46.069.473,54	46,61	50.856.613,23	46,61	10,39	61.704.015,39	50,22	33,94
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36.447.466,44	36,88	34.394.072,26	31,52	-5,63	40.660.328,80	33,09	11,56
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	8.197.121,9490	8,29	14.566.347,67	13,35	77,70	18.635.978,98	15,17	127,35
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	341.009,74	0,35	718.835,92	0,66	110,80	935.983,69	0,76	174,47
ESTOQUES	1.064.149,39	1,08	1.161.229,52	1,06	9,12	1.364.796,33	1,11	28,25
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	19.726,01	0,02	16.127,87	0,01	-18,24	106.927,59	0,09	442,06
ATIVO NÃO CIRCULANTE	52.762.124,53	53,39	58.257.406,26	53,39	10,42	61.170.268,09	49,78	15,94
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	683.637,62	0,69	792.671,97	0,73	15,95	376.744,29	0,31	-44,89
INVESTIMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-
IMOBILIZADO	52.078.486,91	52,69	57.464.734,29	52,66	10,34	60.793.523,80	49,48	16,73
TOTAL DO ATIVO	98.831.598,07	100,00	109.114.019,49	100,00	10,40	122.874.283,48	100,00	24,33

PASSIVO (Especificação)	31/12/2012		31/12/2013			31/12/2014		
	Valor atualizado	AV%	Valor atualizado	AV%	AH%	Valor atualizado	AV%	AH%
PASSIVO CIRCULANTE	7.682.958,58	7,77%	10.584.466,49	9,70%	37,77%	14.483.479,69	11,79%	88,51%
OBRIGAÇÕES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR A C. PRAZO	2.305.317,12	2,33%	2.705.087,88	2,48%	17,34%	3.308.123,63	2,69%	43,50%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	983.974,74	1,00%	393.312,09	0,36%	-60,03%	617.278,98	0,50%	-37,27%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	17.479,77	0,02%	14.697,92	0,01%	-15,91%	14.220,22	0,01%	-18,65%
PROVISÃO A CURTO PRAZO	1.003.194,21	1,02%	1.021.825,64	0,94%	1,86%	922.530,08	0,75%	-8,04%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.372.992,74	3,41%	6.449.542,97	5,91%	91,21%	9.621.326,79	7,83%	185,25%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
PROVISÕES Em LONGO PRAZO	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
TOTAL DO PASSIVO	7.682.958,58	7,77%	10.584.466,49	9,70%	37,77%	14.483.479,69	11,79%	88,51%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	91.148.639,49	92,23%	98.529.553,00	90,30%	8,10%	108.390.803,78	88,21%	18,92%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE ATIVOS	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE PASSIVOS	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
RESULTADOS ACUMULADOS	91.148.639,49	92,23%	98.529.553,00	90,30%	8,10%	108.390.803,78	88,21%	18,92%
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-	0,00%	12.319.705,50	11,29%	0,00%	13.144.333,33	10,70%	0,00%
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	91.148.639,49	92,23%	86.375.807,60	79,16%	-5,24%	95.037.050,63	77,34%	4,27%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00%	-	-0,15%	0,00%	628.259,49	0,51%	0,00%
TOTAL DO PASSIVO	98.831.598,07	100,00%	109.114.019,49	100,00%	10,40%	122.874.283,48	100,00%	24,33%

Fonte: adaptado pelo autor

4.3.1.1 Gráfico da Análise Vertical das Demonstrações Contábeis



Fonte: elaborado pelo autor.

Através dos gráficos da Análise Vertical, observa-se de modo geral que não houve alterações significativas durante o período analisado. Contudo, cabe

menção que o Ativo Circulante (AC) obteve crescimento de 7,17% no período de 2012 a 2014, cujo destaque é à conta “Clientes” que aumentou na ordem de 68,30%. Por outro lado, o Ativo não Circulante (ANC), no mesmo período, com relação à participação no Ativo Total, reduziu 6,7%, porém, nota-se através das Demonstrações Contábeis que o ANC cresceu em 15,94%, devido a investimentos em Bens móveis e Imóveis.

As Obrigações a Curto Prazo, Passivo Circulante (PC) de 2012 a 2014, cresceu cerca de 34,06%, demandado pelo aumento da Folha de Pagamento (41%) e Encargos Sociais (48%).

Embora o Patrimônio Líquido tenha passado de R\$ 91.148.639,49 (2012) para R\$ 108.390.803,78 (2014), 18,9% de crescimento, a participação com relação ao Passivo total teve queda de 4,35%, ocasionado pelo aumento da participação das Obrigações a curto prazo no Passivo total.

4.3.1.2 Análise Horizontal das Demonstrações Contábeis

ANÁLISE HORIZONTAL		2013	2014
Ativo Circulante	(AC)	10,39%	33,94%
Ativo Não Circulante	(ANC)	10,42%	15,94%
Passivo Circulante	(PC)	37,77%	88,51%
Passivo Não Circulante	(PNC)	0%	0%
Patrimônio Líquido	(PL)	8,10%	18,92%

Fonte: elaborado pelo autor.

Através da Análise Horizontal, 2012 a 2014, notou-se que o Ativo Circulante (AC) obteve crescimento na ordem de 33,94%, sendo a conta “Clientes” a mais expressiva, cujo aumento foi de 215,63%.

Embora o grupo do Ativo não Circulante (ANC) tenha acrescido em 15,94% para o exercício base de 2014, a conta do Imobilizado, pertencente a este grupo, cresceu em 16,73% (R\$ 52.078.486,91 [2012] para 60.793.523,80 [2014]). Cabe ressaltar que no final do exercício do ano de 2011, o “SENAL” reavaliou todos os seus Bens Imóveis, fazendo com que o valor do Ativo Imobilizado aumentasse substancialmente.

Para o Passivo Circulante (PC), as contas em destaques são: “Fornecedores” e “Provisões a curto prazo”. Do ano de 2012 a 2014, o PC aumentou em 88,51%, cujo as contas que tiveram grande acréscimo foram as Provisões para Riscos Fiscais (320,29%) e Provisões para Riscos Cíveis (913,60), cujos valores a serem reconhecidos advêm da análise do Setor jurídico da Instituição. Por outro lado, a conta Fornecedores reduziu cerca de 37,27%.

O Patrimônio Líquido apresentou crescimento na ordem de 18,92%, cuja participação do crescimento do percentual deu-se através do crescimento da conta Clientes.

4.3.2 Análise Financeira e Estrutural

4.3.2.1 Análise Financeira

Liquidez Corrente:

	Ano: 2012	Ano: 2013	Ano: 2014
$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}} \rightarrow$	$\frac{36.447.466,44}{7.682.958,58} = \boxed{4,74}$	$\frac{34.394.072,26}{10.584.466,49} = \boxed{3,25}$	$\frac{40.660.328,80}{14.483.479,69} = \boxed{2,81}$

Liquidez Mediata:

	Ano: 2012	Ano: 2013	Ano: 2014
$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \rightarrow$	$\frac{46.069.473,54}{7.682.958,58} = \boxed{6,00}$	$\frac{50.856.613,23}{10.584.466,49} = \boxed{4,80}$	$\frac{61.704.015,39}{14.483.479,69} = \boxed{4,26}$

Passivo Circulante	7.682.958,58		10.584.466,49		14.483.479,69	
--------------------	--------------	--	---------------	--	---------------	--

Liquidez Geral:

	Ano: 2012	Ano: 2013	Ano: 2014
$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a L. Prazo}}{\text{Passivo}} \rightarrow$	$\frac{46.753.111,16}{7.682.958,58} = \boxed{6,09}$	$\frac{51.649.285,20}{10.584.466,49} = \boxed{4,88}$	$\frac{62.080.759,68}{14.483.479,69} = \boxed{4,29}$

Através das análises percebe-se, primeiramente, que os resultados obtidos da análise financeira demonstram com clareza capacidade financeira para honrar suas dívidas. Observa-se que o ano de 2012 apresenta os maiores índices de liquidez, por exemplo, a Liquidez Geral demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida o “SENAL” possuía havia R\$ 6,09 para pagamento.

A queda da capacidade de pagamento da empresa, de 2012 a 2014, se dá pelo aumento do Ativo Imobilizado, o qual teve um crescimento de 37,15% em Bens móveis e 17,21% em Bens Imóveis, fato ligado ao crescimento da Disponibilidade Líquida (11,56%) e a redução de 37,27% com relação às obrigações a saldar (Fornecedores).

Embora os Índices de Liquidez de 2014 sejam menores que os de 2012 e 2013, a Entidade apresenta estabilidade financeira promissora, não dependendo de capital de terceiros para financiar seu Ativo Imobilizado.

4.3.2.2 Análise Estrutural

Participação de Capital de Terceiros:

	Ano: 2012	Ano: 2013	Ano: 2014
$\frac{\text{Capital Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100 \rightarrow$	$\frac{983.974,74}{91.148.639,49} = \boxed{1,08}$	$\frac{393.312,09}{98.529.553,00} = \boxed{0,40}$	$\frac{617.278,98}{108.390.803,78} = \boxed{0,57}$

Composição das Exigibilidades:

	Ano: 2012	Ano: 2013	Ano: 2014
$\frac{\text{Passivo Circul.}}{\text{Cap. Terceiros}} \times 100 \rightarrow$	$\frac{7.682.958,58}{983.974,74} =$	$\frac{10.584.466,49}{393.312,09} =$	$\frac{14.483.479,69}{617.278,98} =$
	780,81	2.691,11	2.346,34

Imobilização de Recursos Próprios:

	Ano: 2012	Ano: 2013	Ano: 2014
$\frac{\text{Ativo Imobiliz.}}{\text{Patrimônio Líq.}} \times 100 \rightarrow$	$\frac{52.078.486,91}{91.148.639,49} =$	$\frac{57.464.734,29}{98.529.553,00} =$	$\frac{60.793.523,80}{108.390.803,78} =$
	57,14	58,32	56,09

Com relação à Participação de Capital de Terceiros, para o ano de 2014, a Entidade demonstra índices menores que “1”, apresentando queda entre o período em estudo, como por exemplo, de 2012 a 2014 de 1,08 para 0,57, decréscimo de 53% atrelado ao aumento da Disponibilidade Líquida.

Para a Composição das exigibilidades, em geral, o “SENAL” demonstra um aumento do comprometimento das obrigações a curto prazo em relação às Obrigações totais, crescendo cerca de 300%, cujo principal fator que elevou o acréscimo foi à adoção das Provisões de Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais, bem como o reconhecimento de Títulos de Confissão de Dívidas.

Referente à Imobilização dos Recursos Próprios, observa-se que os índices são altos e constantes, entretanto, não prejudicou a situação financeira da Empresa. A Entidade obteve um crescimento de 16,73% no seu Ativo Imobilizado, resultado obtido através de aquisições e reavaliações de Bens Imóveis, cuja reavaliação, como já citado anteriormente, foi aplicada no final do ano de 2011 fazendo com que este resultado se alavancasse.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em nos resultados obtidos, através dos indicadores econômico-financeiros, pode-se concluir que à empresa vive em 2014, um cenário favorável e em pleno crescimento. No ano de 2011 a 2012 a Entidade passou por uma grande mudança, passou a adotar novos procedimentos para a convergência ao padrão Internacional de Contabilidade com relação à Depreciação, Provisões, Reavaliação, Plano de Contas dentre outros.

Os indicadores aplicados sobre os resultados durante o período de 2012 a 2014 demonstram claramente que a Administração, a qual iniciou suas atividades em maio de 2004, direcionou a empresa a para um cenário favorável, alcançando estabilidade financeira, vista em 2012, a qual permite que a empresa, olhando por um outro cenário o onde esta não obtivesse mais nenhuma renda, mantivesse toda sua estrutura executando suas atividades normais e suprimindo todas suas despesas durante 354 dias, com base no índice de Reserva disponibilizado pela Empresa, porém sem poder ser apresentado devido a falta de autorização.

No ano de 2004 a entidade passava por uma situação financeira instável, pois houve a necessidade de buscar empréstimo para suprir a continuidade das suas atividades. Em 2005, os resultados foram melhores com relação a 2004, as despesas foram reduzidas em 9% e o potencial para honrar

suas dívidas, no geral, foram de 11,20, ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida ela possuía R\$ 11,20 para pagamento, cujo indicador em 2004 era de 2,18, no entanto o investimento em Ativo Permanente foi menor em 32%.

Os resultados apresentados em 2014, demonstram que a empresa possui uma saúde financeira desejável. O Índice de Liquidez geral foi de 4,29, embora menor que em 2012, porém cabe ressaltar que a partir de 2009 o “SENAL” passou a aplicar parte da contribuição advinda do Comércio no “Programa Gratuito SENAL de Educação”. Contudo a Instituição continuou crescendo, o Ativo Imobilizado de 2014 acresceu em mais de 10 vezes e a Disponibilidade em mais de 17 vezes, com em relação a 2004.

Embora o “Serviço para a Educação Nacional”, em 2014, apresente estabilidade financeira satisfatória, é importante que haja um planejamento adequado para os próximos anos, maximizando a receita própria, pois a partir do ano de 2014 a Entidade passou aplicar 66,67%, do valor recebido do Comércio (compulsório), em cursos gratuitos e tendo que manter as demais atividades operacionais com 33,33%.

REFERENCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços** – Um enfoque econômico-financeiro. São Paulo; Atlas. 2007.

Balanço Patrimonial. Disponível em: <<http://www.webartigos-mudancas-no-balanco-patrimonial-lei-11-638-07/10320>>. Acesso em: 05 de junho de 2013.

Conselho Federal de Contabilidade. Novas Práticas Contábeis. Disponível em: < http://www.cfc.org.br/uparq/Res_1159.pdf > acesso em 01 de maio de 2013.

Conceito de Análise. Disponível em: <<http://conceito.de/analise>>. Acesso em: 01 de junho de 2013.

FLEURIET, Michel et al. **O modelo Fleuriet**. A Dinâmica financeira das Empresas Brasileiras: um novo método de análise, orçamento e planejamento financeiro. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDICIBUS, Sérgio de et. al. **FIPECAFI**: Manual de Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES DE SÁ, ANA MARIA LOPES DE SÁ. **Dicionário de Contabilidade**. 10 ed. Ver. Ampl. – São Paulo: Atlas, 2005.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços. Abordagem Básica e Gerencial.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Portal da Contabilidade. Estrutura e Análises. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial:** um enfoque em sistema de informação contábil, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVEIRA, Moisés Prates. **Análise Econômico-Financeira nas Empresas.** Não publicado.

VELTER, Francisco. **Manual de Contabilidade.** 7 ed. - Rio de Janeiro: Elsevier. 2006 – 2ª reimpressão.

Wikipédia. Análise Financeira e econômica. Disponível em: <http://pt.wik.org/wiki/An%C3%A1lise_financeira>. Acesso em: 04 de junho de 2013.

ANEXOS

1. Balanço Patrimonial – ano de 2004

BALANÇO PATRIMONIAL			
“SENAL – SERVIÇO PARA EDUCAÇÃO”			
Fimdo: 31/12/2004		:: Saldo após aplicação de um número divisor.	
A T I V O		P A S S I V O	
Título		Título	
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
111.1.1	Caixa 5.156,17	211.1.2	Salários a Pagar 171.188,28
111.1.2	Bancos Conta Movimento 525.729,48	211.1.3.01	Fornecedores 135.450,30
111.1.3	Bancos - c/ Poupança 22.791,57	211.1.3.02	Prestadores de Serviço -
111.1.4	Bancos - Aplic. Mercado Aberto 1.740.388,90	211.1.4	Retenções/ Obrig. a Recolher 203.883,59
	2.294.066,11	211.1.6.04	Créditos Diversos de Terceiros 5.547,38
112.1.2.02	Dívida do Exercício Corrente 495.815,64	211.1.6.05	Senalba -
112.1.2.03	Dívida do Exercício Anterior 36.622,01	211.1.6.06	Pensão Judicial -
112.1.4.01	Clientes 20.140,50	211.1.6.07	Plano de Saúde Ex - Funcionários -
112.1.4.02	Cheque Pré-datado 59.752,44	211.1.6.08	Ecco Salva -
112.1.4.04	Cheque Devolvidos 19.393,45	211.1.6.09	Seguro de Vida (Itaú Contributário) -
112.1.4.05	Faturas 133.584,27		516.069,55
112.2.9	Outros débitos da AN -		
112.3.4	Débitos entre Regionais 1.745,60		
112.5.1	Adiantamento p/ Férias 31.530,50	212.2.1	AN - Conta Movimento 3.262,84
112.5.4.02	Adiantamento para viagens 368,00	212.2.9	Outros Créditos da AN 1.066.666,67
112.6.2	Almoxarifado 148.680,75	212.3.4	Créditos entre Regionais 2.313,04
112.6.9	Outros Val. Mob. Consumo 133,47		1.072.242,54
112.6.9.01	Material em Consignação 46,67		
112.9.1	Débitos de Servidores -		Soma ----> 1.588.312,09
112.9.2	INSS Conta Salário - Família 118,63		
112.9.3	INSS Conta Salário - Maternidade 3.181,12		
112.9.5.01	Débitos de Terceiro 75,75		
112.9.5.05	Divulgação / Publicação 5.000,00		
112.9.5.06	INSS Retenções de Prest. de Serv. -		
112.9.9	Outros Débitos Diversos 35.608,57		
	991.797,37		Soma ----> 3.933,17
	Soma ----> 3.285.863,48		
ATIVO TRANSITÓRIO		PASSIVO TRANSITÓRIO	
121.1.1.01	Vale Transporte -	221.1.1	Valores em Transição 3.933,17
121.1.1.03	Adiantamento Salário Servidor -		3.933,17
121.1.2	Depósito em Garantia 182.822,56		Soma ----> 3.933,17
121.2.1	Prêmios de Seguros 4.791,68		
121.2.2	Assinaturas de Publicações 1.375,21		
	188.989,45		
	Soma ----> 188.989,45		
ATIVO PERMANENTE		PASSIVO PERMANENTE	
131.1.1	Terrenos 1.239,65	232.1.1	Superávits Acumulados 6.320.287,87
131.1.12.03	AR - Curitiba -	232.1.2	Superávits do Exercício 1.209.381,26
131.1.12.05	CEP/3 - Maringá -		7.529.669,13
131.1.12.07	CEP/2 - Londrina -		Soma ----> 7.529.669,13
131.1.12.10	CEP/14 - Castro -		
131.1.12.11	CEP/8 - Ponta Grossa -		
131.1.12.11	CEP/7 - Guarapuava -		
131.1.3	Edificações 3.400.936,48		
131.1.4.99	Benfeitorias 26.049,11		
131.2.1.99	Equip. e Mobiliárias em Geral 2.080.392,69		
131.2.2	Veículos 63.623,38		
131.2.4.05	Obras de Arte 8.333,33		
131.2.9.05	Linhas Telefônicas 1.130,39		
	5.581.705,03		
132.1.1	Servidores c/ Emprestit./Financ. -		
132.1.9	Outros Emprestit. E Financ. 65.080,79		
132.2.9	Títulos Diversos 275,65		
	65.356,44		
	Soma ----> 5.647.061,47		
ATIVO COMPENSADO		PASSIVO COMPENSADO	
141.1.1	Seguros Contratados 14.492.083,33	241.1.1	Contrato de Seguros 14.492.083,33
141.1.3	Bens em Comodato 128.221,38	241.1.3	Comodato de Bens 128.221,38
141.1.5.01	SICREDI -	241.1.5	Val. Cauc. Comprom. p/ Convênios -
141.1.5.02	APMI de Rolândia -	241.1.9	Outros Valores Compensados 2.559.355,04
141.1.9	Outros Valores Compensados 2.559.355,04		17.179.659,75
	17.179.659,75		Soma ----> 17.179.659,75
	Soma ----> 17.179.659,75		
TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO ATIVO	
26.301.574,15		26.301.574,15	

Fonte: adaptado pelo autor.

2. Balanço Patrimonial – ano de 2012

<p align="center">“SENAL – SERVIÇO PARA EDUCAÇÃO”</p> <p align="center">BALANÇO PATRIMONIAL</p> <p align="center">EXERCÍCIO : 2012 FINDO: 31/12/2012</p> <p align="right">:: Saldo após aplicação de um número divisor.</p>			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2012	ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2012
ATIVO CIRCULANTE	42.109.648,59	PASSIVO CIRCULANTE	7.022.582,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	33.314.685,11	OBRIGAÇÕES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR A C. PRAZO	2.107.167,42
CAIXA E EQUIV. DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	33.314.685,11	PESSOAL A PAGAR	1.510.571,87
		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	596.595,55
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	7.492.551,97	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	-
CLIENTES	4.106.361,67	PARCELA A C. PRAZO DOS EMPR. E FINANCIAMENTOS	-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	3.499.306,97		
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	899.398,83
(-) AJUSTE PARA PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	- 113.116,67	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	899.398,83
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	311.698,82	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	15.977,32
ADIANTAMENTO CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	153.431,97	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	15.977,32
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	2.187,55		
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	-	PROVISÃO A CURTO PRAZO	916.966,32
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	156.079,30	PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS	796.052,29
(-) AJUSTE DE PERDAS DEMAIS CRÉD E VALORES A C. PRAZO	-	PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS	106.708,19
		PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	14.205,84
ESTOQUES	972.682,20	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.083.072,76
MERCADORIA	-	VALORES RESTITUÍVEIS	20.604,89
ALMOXARIFADO	954.548,70	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.062.467,88
OUTROS ESTOQUES	18.133,50		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES	-		
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	18.030,50	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	3.188,14	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO	-
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR	-	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	-
BENEFÍCIOS A PESSOAL A APROPRIAR	9.137,79		
DEMAIS VARIAÇÕES PATR. DIMINUTIVAS A APROPRIAR	5.704,57	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-
		OBRIGAÇÕES FISCAIS	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	48.227.043,90	PROVISÕES A LONGO PRAZO	-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	624.876,68	PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS	-
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-	PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	624.876,68	PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	-
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	-		
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-
INVESTIMENTO	-	ADIANTAMENTO DE CLIENTES A LONGO PRAZO	-
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES (ant. 1.2.2.8)	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-
IMOBILIZADO	47.602.167,21	TOTAL DO PASSIVO	7.022.582,66
BENS MÓVEIS	8.555.569,69	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83.314.109,83
BENS IMÓVEIS	43.338.968,34	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-
(-) DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADOS	- 4.292.370,81	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE ATIVOS	-
INTANGÍVEL (SOFTWARES)	-	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE PASSIVOS	-
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (SOFTWARES)	-		
		RESULTADOS ACUMULADOS	83.314.109,83
		SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-
		SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	83.314.109,83
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-
TOTAL DO ATIVO	90.336.692,49	TOTAL DO PASSIVO	90.336.692,49

Fonte: adaptado pelo autor.

3. Balanço Patrimonial – ano de 2013

“SENAL – SERVIÇO PARA EDUCAÇÃO”			
EXERCÍCIO : 2013		FINDO: 31/12/2013	
		:: Saldo após aplicação de um número divisor.	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2013	ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2013
ATIVO CIRCULANTE	49.053.937,42	PASSIVO CIRCULANTE	10.209.286,93
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	33.174.931,65	OBRIGAÇÕES TRAB. PREVID. E ASSIST A PAGAR A C. PRAZO	2.609.202,68
CAIXA E EQUIV. DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	33.174.931,65	PESSOAL A PAGAR	1.819.591,48
		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	789.611,21
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	14.050.025,39	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	-
CLIENTES	9.887.642,04	PARCELA A C. PRAZO DOS EMPR. E FINANCIAMENTOS	-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	4.271.344,28		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	379.370,65
(-) AJUSTE PARA PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-108.960,93	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	379.370,65
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	693.355,89		
ADIANTEMENTO CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	170.676,57	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	14.176,93
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	1.343,66	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	14.176,93
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	-		
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	521.335,65	PROVISÃO A CURTO PRAZO	985.605,76
(-) AJUSTE DE PERDAS DEMAIS CRÉD E VALORES A C. PRAZO	-	PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS	695.403,58
		PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS	247.169,00
ESTOQUES	1.120.068,29	PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	43.033,18
MERCADORIA	-		
ALMOXARIFADO	1.120.068,29	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.220.930,91
OUTROS ESTOQUES	-	VALORES RESTITUÍVEIS	1.742,01
(-) AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.219.188,89
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	15.556,19	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	423,90	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO	-
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR	-	EMPRESTIMOS A LONGO PRAZO	-
BENEFÍCIOS A PESSOAL A APROPRIAR	9.909,82		
DEMAIS VARIAÇÕES PATR. DIMINUTIVAS A APROPRIAR	5.222,48	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-
		OBRIGAÇÕES FISCAIS	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	56.192.400,14		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	764.574,72	PROVISÕES A LONGO PRAZO	-
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-	PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	764.574,72	PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS	-
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	-	PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	-
INVESTIMENTO	-		
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	-	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-
		ADIANTEMENTO DE CLIENTES A LONGO PRAZO	-
IMOBILIZADO	55.427.825,42	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-
BENS MÓVEIS	10.601.347,30		
BENS IMÓVEIS	50.372.473,75	TOTAL DO PASSIVO	10.209.286,93
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADOS	-5.545.995,63	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95.037.050,63
INTANGÍVEL (SOFTWARES)	-	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (SOFTWARES)	-	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE ATIVOS	-
		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE PASSIVOS	-
		RESULTADOS ACUMULADOS	95.037.050,63
		SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	11.883.018,24
		SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	83.314.109,83
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-160.077,45
TOTAL DO ATIVO	105.246.337,56	TOTAL DO PASSIVO	105.246.337,56

Fonte: adaptado pelo autor.

4. Balanço Patrimonial – ano de 2014

<div> <div>“SENAL – SERVIÇO PARA EDUCAÇÃO”</div> <div> <div>EXERCÍCIO : 2014</div> <div>BALANÇO PATRIMONIAL</div> <div>FINDO: 31/12/2014</div> </div> </div>			
:: Saldo após aplicação de um número divisor.			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2014	ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2014
ATIVO CIRCULANTE	61.704.015,39	PASSIVO CIRCULANTE	14.483.479,69
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	40.660.328,80	OBRIGAÇÕES TRAB. PREVID. E ASSIST A PAGAR A C. PRAZO	3.308.123,63
CAIXA E EQUIV. DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	40.660.328,80	PESSOAL A PAGAR	2.339.518,28
		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	968.605,35
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	18.635.978,98	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	-
CLIENTES	14.179.719,04	PARCELA A C. PRAZO DOS EMPR. E FINANCIAMENTOS	-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	4.524.362,86		
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-		
(-) AJUSTE PARA PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	- 68.102,93	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	617.278,98
		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	617.278,98
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	935.983,69	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	14.220,22
ADIANTAMENTO CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	394.129,84	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	14.220,22
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	1.870,07		
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	-		
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	539.983,78	PROVISÃO A CURTO PRAZO	922.530,08
(-) AJUSTE DE PERDAS DEMAIS CRÉD E VALORES A C. PRAZO		PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS	274.342,64
		PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS	490.656,96
		PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	157.530,48
ESTOQUES	1.364.796,33	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.621.326,79
MERCADORIA	-	VALORES RESTITUÍVEIS	136,08
ALMOXARIFADO	1.354.400,42	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.621.190,71
OUTROS ESTOQUES	10.395,91		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES	-		
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	106.927,59	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	-	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO	-
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR	-	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	-
BENEFÍCIOS A PESSOAL A APROPRIAR	101.586,22		
DEMAIS VARIAÇÕES PATR. DIMINUTIVAS A APROPRIAR	5.341,36	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-
		OBRIGAÇÕES FISCAIS	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	61.170.268,09	PROVISÕES A LONGO PRAZO	-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	376.744,29	PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS	-
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-	PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	376.737,52	PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	-
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	6,77		
	-	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-
INVESTIMENTO	-	ADIANTAMENTO DE CLIENTES A LONGO PRAZO	-
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-
IMOBILIZADO	60.793.523,80	TOTAL DO PASSIVO	14.483.479,69
BENS MÓVEIS	12.837.336,77	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	108.390.803,78
BENS IMÓVEIS	55.575.702,28		0,00
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADOS	- 7.619.515,25	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-
INTANGÍVEL (SOFTWARES)	-	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE ATIVOS	-
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (SOFTWARES)	-	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE PASSIVOS	-
		RESULTADOS ACUMULADOS	108.390.803,78
		SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	13.144.333,33
		SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	95.037.050,63
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	209.419,83
TOTAL DO ATIVO	122.874.283,48	TOTAL DO PASSIVO	122.874.283,48

Fonte: adaptado pelo autor.